

CEDI - P. I. B.
DATA
T6 000003



J.R. RIPPEN/IMAGENS DA TERRA

A polêmica BR-364

Mais uma estrada amazônica acende a discussão em torno da ecologia e do desenvolvimento

A Rodovia BR-364 está reservado o grande destino de servir de ponte entre a economia brasileira e o intenso mercado asiático, através do Peru, economizando milhares de quilômetros de fretes e aumentando a competitividade de nossos produtos. Assim é que se põe a estrada na prancheta dos técnicos oficiais e nos gabinetes do pensamento estratégico.

Mas, para chegar à fronteira e ligar-se a uma estrada peruana que nos deixará no Pacífico, a BR-364 deve atravessar ainda centenas de quilômetros de floresta, vencer as suspeitas de que a cercam os ecologistas e seringueiros acreanos e esperar a destinação de alguns milhões de dólares. É uma tarefa difícil, que vem tornando a rodovia uma obra muito lenta. Afinal, os ambientalistas temem que ela transporte, ao lado da soja do Centro-Oeste, a madeira de meia floresta amazônica, a ser decepada por já impacientes motosserras japonesas, que bateram recordes na dizimação das florestas tropicais asiáticas.

Os seringueiros, por sua vez, vêem um filme em reprise: a estrada que passa promove uma guerra de extermínio contra posseiros, índios e seringueiros, tendo por alvo a propriedade da terra valorizada pela rodovia. No papel dos mocinhos vitoriosos, o grileiro e o latifundiário. Como perdedores, os povos da floresta e a própria mata, que logo cede lugar a pastos, após a limpeza promovida por serrarias. Os seringais tenderiam a desaparecer e, com eles, um estilo de vida tradicional e condicionado à floresta, o extrativismo, que passa por um período de mudanças, com o esforço cooperativista dos seguidores de Chico Mendes.

Nessa discussão, os papéis parecem invertidos, às vezes. Os defensores da estrada acusam os seringueiros e ambientalistas de promoverem interesses estrangeiros, na medida em que lutam por manter inaproveitadas as riquezas da região, sem falar que a falta da estrada para o Pacífico submete produtos

brasileiros a um trânsito forçado pela costa oeste dos Estados Unidos, que se tornam assim uma espécie de intermediário de nossos bens que vão para a Ásia, por isso, aliás, mais caros.

Entreguistas são os outros, respondem os seringueiros, que vêm na abertura da rodovia um item fundamental para a penetração econômica estrangeira na região e evasão de nossas riquezas.

A este DEBATE comparecem as opiniões de Osmarino Amâncio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e herdeiro de Chico Mendes na luta dos seringueiros; Júlio Barbosa, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; e Pedro Dotto, no Acre há vinte anos, um porta-voz dos proprietários, ele próprio fazendeiro, seringalista e dono de mais de um milhão de hectares de terras. Todos foram ouvidos no Acre por Ricardo Funari, de *Imagens da Terra*.

Suas opiniões aqui são confrontadas em forma de debate, que envolve a estrada, a economia e os seringais, pois ali a rodovia é uma peça que mexe com múltiplos aspectos. Hoje, trata-se de definir o trecho final da estrada, entre Rio Branco e a fronteira, pois a BR-364 já é uma realidade entre Porto Velho, Rondônia, e a capital acriana.

● O avanço da BR-364 até a fronteira peruana é viável ou ameaça a economia acriana e amazônica?

Osmarino Amâncio - As BRs têm sido o principal problema de devastação da Amazônia. É vazio esse discurso de que as BRs trazem o desenvolvimento. Não trouxeram qualquer progresso. Aumentou a miséria, aumentou a devastação. Quanto à BR-364, suas consequências serão das mais desastrosas, porque é preciso saber quem tem interesse nessa estrada. Dizem que servirá para levar medicamentos para os seringais, progresso e desenvolvimento para a região, ligará o Acre ao resto do Brasil e ao mundo.

DEBATE



Procópio Mineiro

Mas, quem quer a sua abertura? O japonês. O Japão hoje lidera a importação de madeiras tropicais. Já acabaram com as matas da Ásia e da África, estão de olho na Amazônia. Quando se abre uma BR dessas, quem chega com facilidade são os madeiros, as mineradoras, os grandes pecuaristas, que vêm fazer o desmatamento.

Pedro Dotto – Acho que temos que ter duas saídas para o Pacífico, tanto por Cruzeiro do Sul, quanto por Brasiléia e Assis Brasil. Mas, de início, deve ser por Brasiléia, Assis Brasil, Puerto Maldonado. Por quê? Porque já existe uma estrada pronta, com infraestrutura, a região é bastante desenvolvida e não haverá necessidade de derrubar mais floresta. Já pelo lado de Cruzeiro do Sul, a estrada foi aberta, depois abandonada e a capoeira está retomando tudo. É só fazer um trabalho de recuperação, que não causará mais nenhum efeito no meio ambiente, pois a estrada já existe. No entanto, este braço por Cruzeiro do Sul tem a dificuldade do trecho de lá até Pucallpa. Há acidentes geográficos que exigirão muitos gastos. Assim, deve se dar preferência à via por Brasiléia. Agora, quanto a riscos de invasão de terras, destruição de reservas extrativistas, tudo isso é história de quem quer enganar a opinião pública em favor dos interesses internacionais, que pretendem manter intocadas, como reserva, as riquezas do nosso subsolo.

Júlio Barbosa – Eles não estão querendo construir coisa nenhuma. Não há condições financeiras e técnicas de fazer essa estrada, como está previsto, por Cruzeiro do Sul. É tudo papo furado. O terreno é um barro tão mole, que nas chuvas nem burro passa e uma pessoa afunda quase até a cintura. Não tem como construir. O que falta é o governo definir uma política que atenda a cada uma das regiões do Acre. Meio de transporte existe muito e estrada não é prioridade, principalmente no Vale do Juruá, onde a predominância é o caminho fluvial. O Conselho Nacional dos Seringueiros não participará de discussões sobre a estrada, se não houver prioridade para um sistema de garantias, que beneficie a população que vive às margens do traçado dessa rodovia. O trecho de Porto Velho a Rio Branco está implantado, seria burrice nossa contrapor-nos a essa realidade. Agora, daqui para a frente, acho mais viável abrir a estrada por Brasiléia e Assis Brasil, pois não produzirá mais qualquer impacto, uma vez que as margens já estão invadidas. Na minha opinião, o governo deve logo acabar com esse papo furado e abrir de vez a estrada, embora a população peruana não me pareça interessada nesse projeto. Quando o governo agita esse assunto, tem objetivos eleitorais, porque eles não pretendem realizar a obra.

● O Conselho Nacional dos Seringueiros é contra a estrada?

Júlio Barbosa – Somos contra a estrada que vai para o Pacífico. Mas, se for aberta por Brasiléia e Assis Brasil, seria de grande importância para nós.

● Como seria possível reduzir os eventuais efeitos negativos dessa obra?

Osmarino Amâncio – Essa BR poderia trazer algum resultado positivo, se fosse feito um estudo ao longo de seu traçado, promovendo-se desapropriações e criando-se reservas extrativistas, demarcando-se áreas indígenas, acabando-se com a concentração da posse da terra em mãos de poucas pessoas. Com isso, ficaria assegurada a proteção social e do meio ambiente. Do jeito que está, porém, a obra dará resultados drásticos, será o fim dos índios, dos seringueiros, dos pequenos lavradores, porque o latifúndio vai engolir a todos. Isso aconteceu aqui para Brasiléia. De um lado e outro da estrada, o que existe é um cemitério de castanheiras, os seringueiros foram expulsos para a Bolívia ou para a periferia das cidades.

● A estrada não viria a agravar as tensões sociais e a facilitar a formação de latifúndios improdutivos?

Pedro Dotto – Essa preocupação não tem que existir, porque o grande proprietário sempre comprou as terras que possui. Não conheço nenhum que tivesse seu patrimônio formado de outra forma, a não ser através da compra de áreas de algum seringueiro, de algum proprietário anterior. Outra coisa: os grandes proprietários têm interesse em movimentar a terra, através de uma colonizadora particular, já que a colonizadora oficial não funciona e deixa o colono abandonado nesses projetos, a maioria verdadeiros campos de concentração. Já a colonizadora particular funciona, pois o dono seleciona quem ele vai botar na terra e este sente a responsabilidade de produzir, para poder pagar a terra. A colonizadora, para receber o que lhe interessa, assegura a infraestrutura do projeto, estradas, assistência, escoamento.



JÚLIO BARBOSA

A prioridade do Acre não é a BR, mas a crise do seringueiro. A crise não decorre da falta de estradas, mas porque até hoje o governo não definiu uma política de atendimento a sua população. Em vez de estabelecer uma política com relação à exploração da castanha e da borracha, o governo se preocupa em definir a exploração da madeira.

O Conselho Nacional dos Seringueiros não pode encampar essa luta pela estrada. Nós vamos é defender a criação de uma política, na qual esteja inserida a proposta dos seringueiros, seja tal política a de projetos de colonização, seja a do extrativismo. Acho que é impossível pensar que se possa continuar implantando projetos de colonização como foi feito até hoje. É preciso pensar de forma diferente, dando lugar à comunidade para se conscientizar de que colonizar não é só receber um pedaço de terra e desmatar, mas ter uma infraestrutura mínima e saber que não se pode derrubar a floresta. Do contrário, nada se faz.

Assim, para nós, de forma alguma a estrada é prioridade. A estrada só é importante se for definida uma política com o governo, de modo a garantir a sobrevivência dos seringueiros em suas colocações.

Foi assim que se colonizaram o Paraná, o Oeste de São Paulo, Mato Grosso do Sul. O grande proprietário tem interesse em lotear pelo menos uma parte de suas terras e com o resultado disso parte para outra área. Assim foi a colonização no Brasil todo. Não existe o risco de ocorrer problemas ao longo da BR. O proprietário não invade terra de ninguém, porque ele não quer que ninguém invada a sua terra. Invasões são organizadas sempre por esse pessoal reacionário, agitadores e profissionais desse tipo de coisa. Temos aqui em Rio Branco invasões urbanas e rurais, organizadas pela Igreja, pelos partidos de esquerda, por organizações não-governamentais, todo mundo sabe disso. Importante nessa história é que os invasores são sempre os mesmos. Depois que vem o Incra, desapropria e dá os terrenos, eles vendem logo o que receberam e partem para novas invasões. Aqui pertinho de Rio Branco estão as terras do falecido Tobias Mário, na direção de quem vai para Senador Guiomar. A área foi invadida, o Incra desapropriou. Hoje, você passa por lá e o que mais se vê são placas de "vende-se". O sujeito invadiu, quer vender, já se prepara para nova invasão. Seria necessário que o governo fizesse uma triagem e identificasse esses agitadores, metesse essa gente toda na cadeia. Eles atrapalham o desenvolvimento do Brasil.

Osmarino Amâncio— O governo não tem se preocupado em resolver as BRs internas. O grande interesse é só em exportar a nossa Amazônia. Se abrir essa BR, então a exportação vai ser a do Acre, toda a madeira vai ser exportada através do Peru. Vai ser difícil o nosso movimento evitar hoje que isso aconteça. A gente já segurou isso por cinco anos. Desde 1985, a gente começou a frear os grandes investimentos, conseguimos suspender empréstimos. Em 1985, o Banco Mundial ia emprestar 340 milhões de dólares para essa BR, mas o movimento dos ambientalistas, dos sindicalistas, e a pressão dos povos

Nós temos que mudar a nossa economia. Em vez de explorar só castanha e borracha, devemos, além disso, produzir milho, arroz, cabrito, boi, jacaré, tartaruga, sapo, galinha, ovo, cereais, aproveitar a madeira, fabricar móveis. Vamos

industrializar a borracha aqui mesmo, em lugar de levá-la a São Paulo por preço vil. Um carro nacional usa mais de 100 peças de borracha. Por que não fabricá-las aqui e exportá-las para São Paulo já prontas? A arrecadação ficaria aqui, haveria emprego, mais riqueza.

Nós temos que desenvolver um modelo próprio, onde castanha e borracha sejam apenas dois dos componentes. Esta é a solução do Acre. Por isso, não concordo com as reservas extrativistas, porque elas são um manto para ocultar as grandes riquezas que temos no subsolo. As cooperativistas de seringueiros são um pingo num oceano, não vão resolver nada, os seringueiros continuam abandonados nas profundezas da floresta, nos altos rios e morrendo lá. Os que podem estão correndo para cá, para a cidade, em busca de recursos que nem sempre encontram.

da floresta conseguiram que o Banco sustasse o empréstimo até agora. Depois do assassinato do Chico Mendes, a coisa ficou mais complicada. Sabemos que muitas coisas mudaram. Uma das coisas que está preocupando é que a imprensa não tem se esforçado em divulgar o lado social, o lado econômico verdadeiro do movimento dos povos da floresta. Tem feito algumas denúncias que jogam a opinião pública, pouco esclarecida sobre o assunto, contra nós, como se fôssemos contra o progresso, já que somos contra a BR. Nós não somos contra a BR. Somos contra, porém, a forma pela qual o governo pretende abrir a estrada, sem antes assegurar-se de que não ocorrerá aqui o grande desmatamento que tememos e que aconteceu aqui perto, em Rondônia, e mesmo no Paraná ou onde se abriram as grandes rodovias. O número de migrantes que virão para cá, atraídos pelo discurso de que aqui há terras de sobra, é um grande risco. Os conflitos de terra do Centro-Sul do país e do Centro-Oeste acabarão transferidos para cá. É um grande perigo para o Acre. Além disso, há o interesse do principal importador de madeira do mundo, o Japão, e do segundo, a Holanda, e das outras grandes potências.

● **As reservas extrativistas estão ameaçadas pelo desmatamento que a BR trará. O empresariado local vê esse perigo?**

Pedro Dotto — O Acre tem 15 milhões de hectares. As reservas extrativistas representam cinco milhões de hectares, um terço, muita terra. Mas, o que devemos entender é o processo de desenvolvimento. Se formos examinar o que ocorreu em outras partes, como Paraná ou São Paulo, veremos que lá não existia um produto que se pudesse extrair. Foi preciso desmatar e plantar café, que virou o ouro negro. Mas, o café decaiu, a agricultura diversificou-se, cresceu a pecuária, surgiu a indústria. O café, que já foi 100% da economia paulista, talvez não chegue a 10% hoje. No Acre, a economia está baseada em 100% na coleta de castanha e borracha. Por tradição, o pessoal quer manter isso aqui. Mas, já foi o tempo de castanha e borracha ser 100% da economia acreana. Já existe a pecuária no Acre, é uma atividade vitoriosa aqui, que só desmata 3% no Estado. Hoje, a carne aqui é mais barata que no Sul e em abundância. Já abastecemos Porto Velho e Manaus e, em breve, vamos abastecer Lima, no Peru. E somos combatidos por esses ecologistas, que aliás só querem comer bife de primeira, enquanto combatem a nossa criação de boi. E só ocupamos 3% da área do Estado. Então, estamos diversificando com a pecuária. Podemos diversificar mais, com o aproveitamento da madeira. Temos um potencial madeireiro fantástico, que nos permitiria vender madeira para o mundo todo, através de um manejo florestal. E de onde você tira, nem é preciso plantar, porque na clareira nascem várias outras árvores da mesma espécie. E mais: não é só exportar a madeira, mas industrializá-la aqui. É preciso desenvolver nossa economia e isso não será possível só com a castanha e a borracha.



PEDRO DOTTO

● **Os seringueiros pretendem pressionar de que forma, com relação ao trecho final da estrada?**

Osmarino Amâncio – Nós estamos querendo que essa BR-364, se é que ela vai sair mesmo, passe por Brasília, onde nosso movimento está mais organizado e temos como segurar, através dos empates, do enfrentamento corpo a corpo, para que as madeiras não destruam o ambiente. O traçado por Brasília provocará mal menor, porque passa também por Assis Brasil e Xapuri, e os três são os municípios mais mobilizados. De um lado da estrada ficam reservas extrativistas já criadas e, do outro, projetos de colonização. Isto dificulta a destruição. Mas, vamos ter que nos esforçar para segurar os posseiros nos assentamentos, e impedir que vendam suas posses a latifundiários. Os seringueiros estão resguardados, mas os agricultores, à beira da BR, estarão tentados, porque vivem desassistidos. Podem vender suas áreas por qualquer preço. Falta em favor deles uma política agrícola, não têm como se abastecer, não têm preço mínimo para seus produtos, não têm escola para os filhos, não têm transporte nem atendimento de saúde. O governo atrai esses agricultores para cá e depois os deixa no abandono, como num campo de concentração. Quando colhe, o agricultor não tem sequer como vender a produção. Esses podem sentir a pressão de vender suas terras para o latifúndio. Esperamos que o pessoal do Vale do Juruá entenda nossa luta, para que a estrada não passe por Cruzeiro do Sul. As coisas ainda estão pouco organizadas por ali e a passagem da estrada significaria destruição bem maior que por Brasília. No Vale do Juruá, a especulação está prontinha para tirar proveito da valorização das terras que a estrada vai provocar.

● **A experiência das reservas extrativistas tem provocado alguma polêmica, quanto ao aspecto da comercialização dos produtos. A figura do intermediário tradicional, o seringueiro, desapareceu, para dar lugar, no caso da Cooperativa de Xapuri, a uma organização não-governamental norte-americana, a *Cultural Survival*, que adquire o produto, vende-o a um exportador, o qual repassa o produto a um distribuidor no mercado dos Estados Unidos. Como os seringueiros estão enfrentando a questão?**

Júlio Barbosa – A *Cultural Survival* é para nós uma grande contribuição, na fase de comercialização de nossos produtos da floresta. Embora possa ter *marretado*, fez por nós algo muito importante, que foi abrir o mercado internacional. Através da ação da CS, muita gente de fora está interessada em nossos produtos, vêm saber o que e quanto podemos fornecer. Isto torna ainda mais urgente a implantação das reservas extrativistas. Sabemos que interessa à CS comprar os nossos produtos, enquanto for possível. De nossa parte, temos é que nos perguntar se já podemos comercializá-los sozinhos. Devemos levar em conta, além disso, o tipo de relacionamento que se estabelece entre as partes. Não basta só trocar de par-

ceiro. Em nosso relacionamento, houve erros de parte a parte. Hoje ainda não dá para buscar outra forma de comercialização. Isso vai exigir planejamento, muita discussão entre os povos da floresta.

Osmarino Amâncio – O assunto nos preocupa e estamos procurando, desde já, diversificar nossa comercialização. Já levei um projeto à Prefeitura do Rio de Janeiro, que se mostrou interessada em adquirir castanha dos povos da floresta para reforçar a merenda na rede carioca de ensino. Vamos procurar outras prefeituras de grandes cidades. Vamos atrás também dos governadores progressistas, para que passem a comprar nossos produtos. Em breve, vamos fazer, nas grandes capitais, começando pelo Rio de Janeiro, uma exposição de 100 produtos da Floresta Amazônica. Precisamos criar mercado para eles.

● **As reservas extrativistas estão apresentando resultados compensadores que justifiquem a expansão do sistema?**

Júlio Barbosa – As reservas demonstram ser um passo fundamental na melhoria de vida do seringueiro. Além do aspecto puramente econômico, da produção, há outros, pouco falados, como o da preservação ambiental. As reservas permitem pesquisar formas melhores de produzir sem alterar o ambiente. Trazem, ainda, melhoria social para o trabalhador. Por exemplo, em Xapuri, além da usina de castanha, há um já antigo projeto de alfabetização, um outro de saúde. Não existe, na Amazônia inteira, um serviço de atendimento à saúde tão efetivo, quanto o que temos lá. São 15 postos de saúde instalados nos seringais, com gente treinada e capacitada. No caso da educação, são 34 escolas, onde o ensino é definido com ampla participação da comunidade. O governo precisa ter mais vontade política de instalar as reservas extrativistas, que é um projeto que ajuda o ambiente e melhora de fato a vida do homem da floresta. Implantar uma reserva extrativista sai muito mais barato que criar projetos de colonização.



OSMARINO AMÂNCIO

O governo não tem política para a Amazônia, nem para a população que está dentro da floresta.

Eu acredito que a intenção do governo é juntar os esforços das multinacionais, os interesses das multinacionais, dos grandes latifundiários, das madeiras, junto com os interesses dos políticos desses Estados amazônicos e tentar matar de cansaço um movimento que tem resistido e apresentado uma proposta de desenvolver essa região, criando uma indústria de aproveitamento dos recursos naturais. Querem matar de cansaço um movimento que tem dezenas de anos na batalha.

Eu acredito que a gente vai enfrentar uma situação muito difícil, principalmente os assassinatos. É o que mais me preocupa, porque as pessoas que se destacam no movimento vão sendo assassinadas. Mas a gente, enquanto tiver um índio, um seringueiro querendo sobreviver dentro da floresta, nós vamos ficar resistindo.